

Editores e jornalistas: a produção do ‘livro-tarefa’ na campanha pelo retorno dos exilados ao Brasil

Editors and journalists: the production of the ‘taskbook’ in the campaign for the return of exiles to Brazil

Editores y periodistas: la producción del ‘libro tarea’ em la campaña de retorno de los exiliados a Brasil

Marcio de Souza CASTILHO¹

Resumo

O trabalho tem o objetivo de examinar a atuação da editora Alfa-Ômega no período da abertura política no Brasil, no final dos anos 1970, com ênfase na análise crítica de *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia* (1979), de Cristina Pinheiro Machado, um dos livros publicados pela editora durante o debate sobre a anistia. A metodologia inclui entrevistas com a autora do livro e com a editora Claudete Mangarielo – cofundadora, ao lado do marido Fernando Mangarielo, da Alfa-Ômega. Buscamos verificar o papel desempenhado pelas fontes num contexto ainda marcado pela vigilância do aparato de repressão política sobre a produção cultural. A pesquisa sustenta que editores e jornalistas contribuíram para a construção da memória histórica sobre os significados da ditadura em longo prazo.

Palavras-chave: Anistia; Ditadura; Exílio; Memória; Produção Cultural

Abstract

This study examines the work of the Alfa-Ômega publishing house during the period of political openness in Brazil in the late 1970s. It focuses on critically analyzing *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia* by Cristina Pinheiro Machado. This book was published by a publishing house during the debate on the amnesty process. Our methodology included interviews with the book's author and with the publisher, Claudete Mangarielo, who co-founded Alfa-Ômega with Fernando Mangarielo. This study sought to verify the role played by sources in a context still marked by surveillance of the apparatus of political repression over cultural production. Our research suggests that editors and journalists contributed to the construction of historical memory regarding the meaning of the dictatorship in the long term.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Comunicação Social e coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mcastilho@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2193-0517>



Keywords: Amnesty; Dictatorship; Exile; Memory; Cultural production

Resumen

Este trabajo propone examinar la acción de la editora Alfa-Ômega en el periodo de la apertura política en Brasil, al final de los años 1970, con énfasis en el análisis crítico de *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado, uno de los libros publicados por la editora durante el debate sobre la amnistía en Brasil. El artículo incluye entrevistas con la autora y editora Claudete Mangarielo – cofundadora, junto a Fernando Mangarielo, de Alfa-Ômega. Se busca verificar el papel desempeñado por ellos en un contexto aún marcado por la vigilancia sobre el instrumento de represión política acerca de la producción cultural. La investigación sostiene que los editores y periodistas han contribuido para la construcción de la memoria histórica sobre los significados de la dictadura a largo plazo.

Palabras clave: Amnistía; Dictadura; Exilio; Memoria; Producción cultural

Introdução

O processo de abertura “lenta, gradual e segura”, promovido pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), foi marcado por uma complexa conjuntura política, caracterizada por disputas endógenas no campo militar e pelo avanço dos grupos de oposição ao Estado autoritário brasileiro. Internamente, setores militares críticos ao projeto de descompressão mantinham influência nos altos escalões da hierarquia militar, sobretudo em órgãos ligados à comunidade de informações. A tortura e morte de Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura, em outubro de 1975, ocorreu em meio a esse ambiente político. Em janeiro de 1976, o preso político Manoel Fiel Filho, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que também estava sob a custódia do II Exército, morreu em circunstâncias bem parecidas às do caso Herzog. O general Ednardo D’ávila Melo, comandante daquela unidade, era identificado com a ala militar que se contrapunha ao projeto de distensão política de Geisel.

Neste período, os sindicatos, o movimento estudantil e segmentos progressistas vinculados à Igreja Católica também assumiam postura mais combativa, somando-se à mobilização de presos políticos², com a denúncia da prática

² O movimento estudantil passou a compor nova frente de resistência democrática a partir de 1977. No ano seguinte, as greves lideradas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) também alargaram o campo de participação política, incorporando na pauta autonomia sindical e reivindicações de cunho econômico. Aos estudantes e operários, somaram-se os “movimentos de base”, representados pelas organizações seculares (associações de moradores, amigos do bairro etc) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).



de tortura como método de interrogatório e das condições carcerárias, e à intensa campanha promovida por exilados e banidos, que auxiliava na desmistificação de uma imagem democrática do regime, a qual os militares tentavam preservar no plano internacional.

O projeto de “conciliação nacional” ocorreu, portanto, em meio um quadro político controverso, com disputas e relações de força no seio do poder e divergências sobre os rumos do processo de democratização entre as esquerdas, compostas também por parlamentares do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no campo institucional e por outros segmentos moderados da política formal, também denominados de “setores de elite da oposição”, na taxinomia estabelecida por Alves (1989). Estes incluíam instituições da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Parte expressiva destas lideranças estava reunida em torno dos chamados Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), representando sobretudo os familiares de presos políticos e entidades de direitos humanos que reivindicavam o retorno de banidos e exilados ao Brasil. O movimento pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” cresceu a tal ponto “que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não poderia mais ignorá-lo” (ALVES, 1989, p. 268).

A produção editorial também acompanhou as transformações no período, influenciando e sendo influenciada pelo contexto de abertura política. Romances políticos, obras memorialísticas, livros-reportagem, literatura política de pensamento marxista, publicações de cunho erótico e sexual e títulos analíticos sobre a realidade nacional compunham um diversificado quadro no mercado de livros no país. Nesta perspectiva, a pesquisa propõe examinar a atuação da editora Alfa-Ômega no período de descompressão política na segunda metade da década de 1970, com ênfase na análise crítica de *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia* (1979), de Cristina Pinheiro Machado, uma das obras de não ficção de cunho jornalístico publicada pela editora durante o intenso debate sobre o processo de anistia. Vale registrar que a pauta pelo retorno dos exilados integrava um dos eixos regulares dentro do conjunto de resoluções adotadas pelos CBAs.

A metodologia inclui revisão bibliográfica, exame crítico sobre o livro *Os exilados* e entrevistas com a jornalista Cristina Pinheiro e com a editora Claudete



Mangarielo – cofundadora, ao lado do marido Fernando Mangarielo, da Alfa-Ômega. A primeira entrevista foi realizada em 23/03/2023 e a segunda, em 04/04/2024, ambas no formato remoto, via plataforma *Google Meet*³. O trabalho buscou analisar o papel desempenhado pelas fontes dentro de um conjunto de práticas sociais e políticas mais amplas, incluindo a trajetória profissional e política das entrevistadas. No caso da Alfa-Ômega, foram examinados também os principais títulos editados, as ações para lançamento, divulgação e comercialização das obras, a relação da empresa com os movimentos reunidos em torno dos CBAs e as estratégias para lidar com o aparato censório. Por conta do distanciamento temporal entre o que efetivamente se passou naquele contexto histórico e os trabalhos de memória, cinco décadas depois, o estudo parte do pressuposto que os relatos devem ser analisados como reconstruções de sentido feitas *a posteriori*. Ao reinterpretar o passado, as fontes tendem a produzir uma versão provisória sobre os episódios narrados.

Livros e diversidade temática

Os anos 1970 foram marcados por um processo criativo e efervescente de produção literária de ficção. Em meados daquela década, uma nova geração de escritores promoveu uma renovação estilística ao valorizar uma narrativa alegórica para discutir a realidade do país e explorar, conforme Reimão (2011, p. 62), “novas formas de comportamento e de visões alternativas do real e do mundo”. Emblemáticas dessa fase são *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão, lançado pela Editora Brasília/ Rio, e o próprio *Feliz ano novo*, pela Editora Artenova, ambos lançados em 1975 no país.

Para Napolitano (2020), a literatura de testemunho, em especial narrativas autobiográficas de ex-guerrilheiros que retornam ao Brasil após o exílio, também integra o chamado *boom* literário dos anos 1970, revelando uma tendência no mercado editorial experimentada pelos romances-reportagem. Nesse grupo inserem-se os conhecidos *O que é isso, companheiro*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, “importantes marcos na própria reconstrução da memória sobre a

³ O projeto teve a participação dos estudantes do curso de Jornalismo Rhyann de Meira Martins Lima e Mayra Lacerda de Carvalho, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Universidade Federal Fluminense (UFF), que contribuíram na localização, contato, roteiro e entrevista com as fontes, além da transcrição dos áudios de modo a obtermos um registro textual das questões respondidas pelas pesquisadas.



experiência da guerrilha e seu lugar na história do Brasil” (NAPOLITANO, 2020, p. 223).

Portanto, a literatura durante o regime militar propiciou uma gama de ‘consciências literárias’ sobre a experiência histórica não porque imitou a realidade nos livros, mas porque, em muitos casos, só a reflexão propiciada pela ficção, pela imaginação ou pela memória poderia dar conta de compreender uma realidade política, cultural e social tão multifacetada e complexo.

A opção estilística metaforizada era uma forma de escapar da tesoura censória de órgãos do aparato repressivo subordinados ao Ministério da Justiça. Enquanto algumas obras literárias, de conotação política, eram classificadas como “ofensivas à moral e aos bons costumes”, outras não chegavam a ser censuradas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)⁴. Embora submetidas à verificação da DCDP, tinham circulação restrita⁵, e os órgãos responsáveis entendiam que a interdição poderia aumentar a repercussão junto ao público. A ditadura, portanto, não ignorava o fato de que essas publicações tinham baixa penetração na sociedade. Nas palavras de Ignácio Loyola Brandão, o regime “consentia”, apontando que “havia em relação à literatura mais elasticidade” (Brandão, apud MARCELINO, 2011, p. 98):

Os governantes não desconheciam a realidade cultural brasileira. O imenso número de analfabetos (que eles mantiveram), a pouca leitura, as edições de livros mínimas e, quem sabe, a certeza de que nenhum livro coloca armas na mão de ninguém

O escritor Antônio Candido também reconhecia que a ditadura variava a atuação censória de acordo com o meio de comunicação e o respectivo alcance do público (Candido, apud REIMÃO, 2011, p. 93):

Controle total na televisão e no rádio, quase total nos jornais de maior circulação, muito grande no teatro e na canção; nos livros e nos periódicos de pouca circulação a repressão é mais branda, porque em razão direta do alcance dos meios de comunicação

⁴ Interessante observar que a DCDP foi criada em 1972 em substituição ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). Este, por sua vez, surgiu em 1945 para substituir o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que teve sua existência atrelada ao Estado Novo de Getúlio Vargas, o que demonstra uma tradição da prática censória, mesmo em regimes democráticos.

⁵ Apesar da expansão do número de títulos e exemplares e queda na taxa de analfabetismo durante o chamado “milagre econômico” no governo Médici (1969-1974), o país contava, segundo dados do Censo de 1970, com apenas 500 mil leitores habituais, não necessariamente compradores de livros, numa população economicamente ativa de 30 milhões de brasileiros (MARCELINO, 2011).



Ainda assim, um universo de 492 livros foi submetido à verificação da DCDP entre 1970 e 1988, dos quais 432 somente no intervalo 1974-1979, período em que Armando Falcão⁶ esteve à frente do Ministério da Justiça (REIMÃO, 2011). Segundo o levantamento da autora, extraído do fundo documental daquela divisão, entre as obras vetadas, 301 de um conjunto de 313 publicações sofreram a ação da censura durante a gestão de Falcão. Em 1975, por exemplo, ano emblemático desse recrudescimento censório, foram submetidos 132 livros ao fundo da DCDP, sendo que 109 foram vetados, representando 82% do total. Reimão observa que, "da listagem total de aproximadamente 490 livros (...) cerca de 140 são de autores nacionais; destes, setenta foram vetados, sendo que sessenta deles podem ser classificados como eróticos/ pornográficos".⁷

De um lado, publicações de cunho erótico e sexual, no plano da imoralidade, incluindo neste caso o romance político. De outro, a literatura de pensamento marxista, nacional ou estrangeira, obras memorialistas e livros analíticos sobre a realidade brasileira, no campo da "subversão". Estes livros vetados ou submetidos à verificação por apresentar uma conotação mais diretamente política também se constituíram como categoria importante no mercado editorial durante a ditadura civil-militar.

No campo jornalístico, a repercussão em torno da tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, em 25 de setembro de 1975, abriu um novo espaço para a veiculação de matérias denunciativas em páginas de jornais e revistas contra o arbítrio⁸. Ele havia comparecido espontaneamente para depor sobre acusações de envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), após ser informado que os órgãos de repressão estavam à sua procura. Em 25 de setembro de 1975, Herzog foi encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército em São Paulo. Na versão oficial, o jornalista, então com 38 anos, teria

⁶ Conhecido nos bastidores da política por cunhar a frase "Nada a declarar!", dirigida reiteradamente aos repórteres, Falcão era identificado com setores mais radicais do regime, a chamada "linha dura", que naquele momento mostravam insatisfação com o processo de abertura.

⁷ Reimão (2011) opta por trabalhar com números aproximados por considerar a possibilidade de os livros terem sido apresentados mais de uma vez e, em outras situações, com nomes diferentes. Ela também frisa que os dados fazem parte de uma documentação preservada, o que não significa que corresponda ao total originalmente encaminhado para o acervo. Muitos documentos podem ter sido extraviados ou mesmo eliminados por agentes da ditadura.

⁸ Judeu iugoslavo que emigrara para o Brasil com sua família, Herzog formou-se na Universidade de São Paulo (USP) e seguiu carreira no jornalismo, trabalhando três anos no serviço brasileiro da BBC e assumindo postos de comando na TV Cultura de São Paulo.



se enforcado na cela, após ter assinado uma confissão declarando-se membro do PCB. As informações oriundas do comando do II Exército foram desmentidas por testemunhas presas à época. As imagens divulgadas pelos militares que instauraram o inquérito também contribuíram para desconstruir a versão de suicídio⁹.

O caso Herzog marcou uma etapa importante no processo de reconfiguração sobre o papel da imprensa após um período de esvaziamento do debate político no noticiário, sobretudo depois da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. Segundo Abreu (2002, p. 25), a partir da tortura e assassinato de Herzog, a imprensa passa "a agir com mais desenvoltura em defesa da volta à democracia, da anistia e da liberdade de expressão". Também Kucinski (apud KUSHNIR, 2004, p. 53) vai observar que o caso Herzog ajudou a diminuir a prática de autocensura, instrumento tácito usado para a legitimação do regime. Para o autor, "foi preciso o assassinato do jornalista pelo DOI-CODI de São Paulo para que o jornalismo complacente entrasse em crise generalizada dentro das redações".

O mercado editorial também parece ter acompanhado essas mudanças a partir de meados dos anos 1970. Uma parte das matérias investigativas, assim denominadas em jornais e revistas de circulação nacional, estendeu-se para outro suporte, o livro-reportagem. Assim, jornalistas passaram a privilegiar trabalhos contestatórios, desvelando as arbitrariedades do Estado autoritário, sobretudo questões envolvendo tortura, desaparecimentos políticos forçados e a experiência do exílio.

Uma frente de oposição editorial: a Alfa-Ômega

Fundada em 10 janeiro de 1973 pelo casal Fernando e Claudete Mangarielo, a Alfa-Ômega surge numa conjuntura marcada, de um lado, por uma diversidade de títulos e diferentes tendências no mercado editorial e, de outro, por um quadro multifacetado de repressão e censura levado a cabo pelos órgãos da comunidade de segurança e informações. A editora, com sede em São Paulo, acompanhou essas transformações, publicando nos primeiros anos de atuação livros sobre a realidade política nacional, tendo sofrido também represálias durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985).

⁹ Na foto oficial, a distância entre o chão e a janela que teria sido utilizada por Herzog para cometer o suposto suicídio, com um cinto amarrado ao pescoço, era menor que a altura do jornalista. O atestado de óbito foi assinado por Harry Shibata, diretor do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, que posteriormente seria alvo de uma série de denúncias de entidades de direitos humanos por forjar laudos, na condição de médico, de presos políticos assassinados sob tortura.



Nos primeiros anos, a casa editorial buscava valorizar títulos do meio acadêmico e clássicos do pensamento socialista. O desejo de abrir uma editora na qual pudesse publicar livros sem o crivo da censura exigiu uma série de regras, como, por exemplo, abdicar de parcerias políticas. Apesar de se alinhar politicamente a postulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB), não era uma editora vinculada organicamente ao “Partidão”, buscando afastar-se de sectarismos (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2015).

Quando você se filia a uma empresa/partido/instituição, precisa seguir regras passando pelo crivo de uma diretoria ou equipe administrativa que vai dizer se o livro interessa ou não, analisar se o livro está de acordo com os valores. É mais radical? É mais de esquerda? Combina com o que o partido representa? Então esse apoio muitas vezes ficava engavetado porque não era isso que o Fernando buscava. Ele quis fundar a editora para ter independência de publicar ou não as obras¹⁰

A publicação do primeiro livro *A ideia republicana no Brasil através dos documentos* (Alfa-Ômega, 1973), de Reynaldo Carneiro Pessoa, se relaciona com a trajetória do próprio Fernando Mangarielo na Universidade de São Paulo (USP). Ele foi o último livreiro da Banca da Cultura, livraria fundada em fevereiro de 1967 no Conjunto Residencial da USP (Crusp) e invadida logo após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro do ano seguinte, com a ocupação de tropas do II Exército. De 1973 a 1976, a editora publicou 44 obras, das quais 16 de autoria de docentes daquela universidade (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2015).

A editora Alfa-Ômega é classificada por Maués (2013, p. 225) como “editora de oposição”, integrando uma frente editorial com perfil nitidamente político e ideológico de contestação à ditadura no final da década de 1970 e início da de 1980¹¹. Somava-se, nessa perspectiva, a outros canais de participação política e social, possibilitando a “aglutinação de pessoas e a divulgação de obras de denúncia e de propostas de transformação da situação existente” (MAUÉS, 2013, p. 28), a despeito das limitações relacionadas ao alcance junto ao público-leitor, à distribuição e ao

¹⁰ Entrevista com Claudete Mangarielo, no formato remoto, em 04/04/2024.

¹¹ Maués (2013) identificou pelo menos 40 editoras de oposição nesse período, a maioria classificada como microempresas ou de pequeno porte, que encerraram suas atividades, no máximo, dez anos após a sua criação. A Alfa-Ômega, na visão do autor, compunha o grupo das editoras de médio e grande porte, ao lado de outras que já atuavam há mais tempo no mercado, como a Brasiliense, Civilização Brasileira, Vozes, Paz e Terra e Zahar.



impacto na conjuntura política comparativamente a outras manifestações sociais e culturais.

Dentre as formas de atuação das editoras de oposição estava a publicação de documentos, relatos de presos políticos, livros-reportagem, romance político, contos e livros de denúncias (MAUÉS, 2013). No caso da Alfa-Ômega, uma série de obras contestatórias buscou desvelar as arbitrariedades do Estado autoritário, com temáticas sobre tortura, desaparecimentos políticos forçados e a experiência do exílio, tais como *A Ilha*, de Fernando Moraes (1976), *Em câmera Lenta*, de Renato Patajós (1977), *A guerrilha do Araguaia*, de Palmério Dória, Vicent Carelli, Sérgio Buarque e Jaime Sautchuck (1978), *A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho (1978), *Diário da Guerrilha do Araguaia*, com apresentação de Clóvis Moura. São Paulo (1979) e *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado (1979).

Para Claudete, um momento de inflexão da relação da editora com o Estado autoritário brasileiro foi o lançamento do livro *Em câmera lenta*, que aborda o tema da guerrilha urbana no Brasil em tom de autocritica por quem participou diretamente da experiência da luta armada. O autor Renato Tapajós esteve preso entre 1969 e 1974 acusado de participação em ações da chamada esquerda revolucionária. Com a publicação de *Em câmera lenta*, em 1977, foi preso pela segunda vez, logo após o lançamento e repercussão da obra, configurando-se num caso raro de autor preso em razão do conteúdo de um livro. Fernando e Claudete Mangarielo também foram chamados a depor no processo (REIMÃO; MAUÉS; NERY, 2015). Claudete, entrevistada nesta pesquisa, destacou que foram vendidos cerca de três mil exemplares em menos de um mês. Depois dessa experiência, prosseguiu, a Alfa-Ômega criou um selo chamado Edições Sociais para ocultar o nome da empresa, buscando alternativas para fugir da censura.

Segundo ela, o papel social do editor na época possibilitou o aumento na circulação de informações sobre a violação de direitos no país. O objetivo era, em última instância, conscientizar as pessoas de que “não estava tudo azul na América do Sul”. “A Alfa Ômega não fechava as portas para idealistas fiéis às suas convicções e que tinham perspectivas de novas formas de viver (...) Publicávamos as histórias para serem lidas e alcançadas por quem queria mudança”¹².

¹² Entrevista com Claudete Mangarielo, no formato remoto, em 04/04/2024.



Mesmo antes da publicação do livro de Tapajós, a editora já tinha sido alvo dos órgãos de repressão política. A editora, rememorou Claudete, foi invadida e seus móveis e equipamentos revirados em 1974 por agentes da comunidade de segurança e informações por conta de um anúncio, publicado nos jornais, noticiando um convite feito a Alfa Ômega para editar um livro do jornalista Ricardo Kotscho. Segundo ela, o que incomodava o aparelho repressivo era o receio que certos temas poderiam despertar, principalmente quando as publicações expunham questões relacionadas às torturas e desaparecimentos políticos forçados.

Em 1978, a Alfa-Ômega decidiu lançar a coleção História Imediata, com a publicação de livros-reportagem, em formato de revista, com venda direta em bancas de jornal. O primeiro título da coleção *A guerrilha do Araguaia* (1978), de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli, Jaime Sautchuck, teve a parceria da editora Abril, tendo como exigência a tiragem inicial de 15 mil exemplares, conforme recordou Claudete, com o intuito de distribuí-los em todo o território nacional. Depois veio *A greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu* (1979), produzido pela equipe Oboré, já com tiragens feitas em papel jornal para baratear a produção. Ainda foram publicados, dentro da coleção História Imediata, os livros *Araceli: corrupção em sociedade: tóxico, tráfico de influência, violência* (1979), de Carlos Alberto Luppi, e *D. Paulo Evaristo Arns: o cardeal do povo* (1979), de Getúlio Bittencourt e Paulo Sergio Markun.

O projeto chegou à quinta edição com a publicação de *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador* (1979), de Luiz Henrique Romagnoli e Tania Gonçalves, mas se o objetivo era popularizar as reportagens no formato livro, a custos reduzidos, a ideia não saiu como planejado. Os editores perceberam que o retorno de venda não foi o suficiente para dar continuidade à iniciativa, como descreveu Claudete, em entrevista para o presente estudo: “o erro do Fernando foi acreditar na democratização do acesso aos livros no Brasil, barateando o custo de aquisição através de matérias-primas mais em conta (...). A preocupação dele não era ganhar dinheiro, mas sim difundir e espalhar ideais”¹³.

Outras estratégias de comercialização e divulgação foram adotadas pela Alfa-Ômega no período analisado, incluindo o formato de reembolso postal, com o cadastro de leitores ativos em vários estados da Federação, para quem eram enviados

¹³ Entrevista com Claudete Mangarielo, no formato remoto, em 04/04/2024.



pelos Correios o catálogo de títulos, com os preços para a venda, e a lista de divulgação das obras a serem lançadas pela editora.

As universidades também eram parceiras no modelo de negócios da casa editorial. Isso porque, lembrou Claudete, professores e intelectuais de universidades públicas e privadas de São Paulo, como a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), passaram a adotar livros da editora para o conteúdo ministrado em sala de aula. A aquisição dessas obras ajudava a empresa a financiar futuras edições.

Segundo Claudete Mangarielo, os principais veículos de comunicação do país, como *Veja*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, também abriam espaço em suas páginas para a divulgação de lançamentos de livros da editora. Outro apoio estratégico dizia respeito aos segmentos políticos que faziam, naquele momento, um enfrentamento mais direto às arbitrariedades do regime ditatorial. Entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) costumavam recomendar obras publicadas por editoras de oposição. Foi o que aconteceu com o livro *Os Exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, de Cristina Pinheiro Machado, publicado em 1979.

Um ‘livro-tarefa’: *Os exilados*

Cristina Pinheiro Machado, natural de São Manuel, uma pequena cidade no interior do Estado de São Paulo, despertou sua vocação para o ativismo durante as passagens de férias no Rio de Janeiro. Na adolescência, quando ainda frequentava o ensino fundamental, já estava envolvida no movimento estudantil, que representou a fase inicial de sua militância política. Na entrevista, a jornalista ressaltou o interesse em conhecer os exilados, motivado pela admiração que mantinha pelas pessoas envolvidas nesta luta. Para alcançar esse objetivo, Cristina estabeleceu contato com uma fonte ligada ao PCB, que forneceu os contatos e endereços dos exilados. A jornalista também solicitou uma licença não remunerada de seu emprego – naquele momento o jornal *O Globo* – para dedicar-se integralmente à produção do livro.

A jornalista tinha uma relação próxima com os proprietários da Editora Alfa-Ômega, com sede em São Paulo, tendo buscado o apoio do CBA/SP para que o livro fosse vendido com o selo de aprovação do comitê. Os originais foram entregues pessoalmente ao presidente do CBA/SP, Luiz Eduardo Greenhalgh. Como consta na apresentação de *Os exilados*, o advogado afirma ter se comovido com o texto,



caracterizando o trabalho como um “livro-tarefa”, definindo-o como importante registro para construção da memória histórica sobre os significados da ditadura:

Este livro tem a simplicidade das obras sérias. No estilo aparentemente efêmero da reportagem, é um trabalho de registro histórico que não podia faltar: servirá, fatalmente, como ponto de referência a quem hoje trata da matéria, e atuará como advertência às gerações futuras (1979, p. XIII/XIV)

Figura 1: Capa e contra-capa do livro-reportagem *Os exilados*



Fonte: MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

O contexto político adverso pós-1964, as experiências dolorosas do exílio e o desejo dos brasileiros atingidos pelo Estado autoritário de regressar ao país são temas abordados em *Os exilados*, que examina as transformações políticas e sociais ocorridas durante os primeiros 15 anos de ditadura. A jornalista ouve quase duas dezenas de fontes, todas em *on*, num mergulho mais aprofundado sobre o tema em comparação aos periódicos, que também produziam, naquele contexto, pautas diárias sobre o retorno dos exilados. As fontes ouvidas, predominantemente homens, ainda estavam exiladas durante o processo de apuração. O perfil inclui principalmente professores expurgados, parlamentares cassados e jovens militantes da esquerda armada, dentre eles Almino Affonso, deputado federal cassado e ex-ministro do



Trabalho durante o governo de João Goulart (1961-1964) e Darcy Ribeiro, antropólogo e chefe da Casa Civil de Jango, além dos militantes, à época, Alfredo Syrkis, Carlos Minc, Flavio Tavares e Vera Sílvia Magalhães.

A obra opta por não assumir a radicalidade do conjunto de reivindicações dos movimentos pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Neste sentido, o trabalho abre espaço para a autocrítica em relação à experiência da luta armada. Outro aspecto observado, do ponto de vista semântico, foi o uso de expressões como “Movimento de 64” ou “Revolução” para definir o período histórico em vez de ditadura.

Era a primeira vez que a gente tinha uma ditadura daquele tipo. Até então, a gente conhecia ditadores individualizados, como Getúlio Vargas. Em 64, o que aconteceu foi bem diferente; era uma corporação. Não tínhamos a figura do ditador. (...) Eu deixei claríssimo que era uma ditadura e os exilados se referem a ela francamente¹⁴.

A investigação jornalística está dividida em três capítulos: no primeiro, os exilados após o golpe de 64; no segundo, o impacto do AI-5 e a segunda leva de exilados; e, no terceiro, a permanência e as adversidades dos exilados em diferentes países, sobretudo no Chile e na França, que formavam verdadeiros “governos brasileiros no exílio”. No caso do Chile, até setembro de 1973, quando uma junta militar liderada pelo general Augusto Pinochet depôs o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Na obra, a autora afirma que, entre os primeiros brasileiros expulsos pelo golpe militar de 1964, havia uma impressão generalizada de que o exílio seria uma situação breve e que logo retornariam ao Brasil. Além disso, o país não tinha o histórico de outros países da América Latina, como Bolívia e Peru, com longa tradição de golpes de Estado e exílios recorrentes.

É um sonho característico dos exilados: no próximo ano, vai cair o governo que os derrubou. E com a queda tão sonhada e incentivada, estará aberto o caminho do regresso. Essa é uma esperança comum, que se apoia muito mais na necessidade de auto-crença, para tornar o exílio suportável, do que em bases concretas. O sonho; às vezes, chega ao delírio. Mas é cíclico e constantemente renovado, algo como trocar a água das plantas para que elas não morram. Pois quem deixa o seu país por razões políticas é geralmente aquele que mais se apaixonou pela questão nacional, e, por caminhos certos ou errados, mesclou a própria vida aos destinos do seu povo. (MACHADO, 1979, p. 19)

¹⁴ Entrevista com a jornalista, em 23/03/2023, por intermédio da plataforma *Google Meet*.



O livro-reportagem também estabelece uma distinção entre os primeiros exilados, obrigados a saírem do país após o golpe de 1964, e uma segunda leva de brasileiros que seguiram para o exterior depois da edição do AI-5, em dezembro de 1968:

Ao contrário dos políticos e intelectuais expurgados pelo movimento militar de abril de 64, os novos exilados, por força do que eles próprios chamam de "o golpe dentro do golpe", são em sua maioria estudantes de classe média, sem experiência ou expressão política, e que carregam para fora das fronteiras uma incômoda bagagem para candidatos ao exílio: o despreparo profissional e uma certa ingenuidade perante a vida (MACHADO, 1979, p.53).

Comum entre ambos a questão de classe, posto que a luta política permanecia restrita “a pequenos grupos de camadas algo favorecidas da população”. Este dado revela, segundo a autora, “a presença de fatores elitistas na luta política no Brasil” (MACHADO, 1979, p. 53).

Parte do segundo capítulo concentra a atenção aos episódios ocorridos em 1968 com a visão (auto)crítica dos exilados sobre o movimento estudantil e o movimento operário. No primeiro, Cristina reproduz um embate de posições entre as lideranças Jean Marc van der Weid, último presidente eleito da União Nacional dos Estudantes (UNE) antes de a entidade ser posta na clandestinidade pelo regime militar, e Vladimir Palmeira, também banido do país após o AI-5. Marc defendia a mobilização dos estudantes para os “problemas concretos e reivindicações específicas do setor” enquanto Palmeira valorizava a importância da participação estudantil na luta política contra a ditadura. Em relação ao movimento operário, Cristina ouve o líder sindical Derly José de Carvalho, para quem, desde 1967, “começou a haver um desvio esquerdista do movimento operário”. Na visão de Derly, a mesma radicalidade do movimento grevista teria ocorrido, um ano depois, nas greves de Osasco (SP) e Contagem (MG), quando “a agitação política (...) se desenvolveu à parte do movimento sindical”. A partir dessas declarações, a jornalista conclui que a “manifestação de 1º de maio marcou, de forma aguda, o rompimento entre o governo e os trabalhadores”.

Percebe-se nas declarações das fontes ouvidas pela jornalista uma ênfase nos particularismos ou na defesa de pautas corporativas, o que contrasta com a visão dos movimentos pela anistia, por exemplo, em relação às greves dos metalúrgicos do



ABC, em São Paulo, que ocorriam no momento histórico da produção do livro, dez anos depois.

Cristina não chegou a sofrer um tipo de intimidação mais direta por parte do Estado autoritário. Os constrangimentos, conforme relatou na entrevista para esta pesquisa, partiram de um empresário, o qual planejava ouvir como fonte, em outra apuração não relacionada ao livro *Exilados*. Ele a advertia a tomar cuidado, uma vez que o Serviço Nacional de Informações (SNI) conhecia detalhadamente sua rotina. O exame das fontes documentais confirma que a comunidade de segurança e informações tinha um tipo de prontuário sobre as atividades da jornalista.

Considerações finais

Laurence Hallewell (2012) destaca a função essencial do livro na expressão literária de valores culturais e ideológicos para a sociedade. Robert Darnton (1996) também aborda a contribuição da produção editorial na construção de memória histórica, desempenhando papel ativo na formação na vida de quem o lê. O autor salienta que o leitor é estimulado a exercitar o raciocínio para descobrir a irracionalidade em todas as esferas da vida, inclusive a social e política, desenvolvendo, desse modo, o pensamento crítico.

As editoras de oposição, dentre elas a Alfa-Ômega, desempenharam importante papel no combate à repressão política, à censura e à violência perpetrada pelo Estado autoritário brasileiro, mesmo durante o período em que a ditadura militar anunciava a promessa de descompressão política no final dos anos 1970. Representaram a junção de atividades intelectuais, editoriais, gráficas, empresariais, industriais e comerciais, com a publicação de obras com caráter de denúncia contra violações de direitos humanos. Editores e jornalistas exerceram, portanto, atuação política e social, contribuindo na frente editorial para a construção da memória histórica do Brasil e para o fortalecimento da luta pela redemocratização do país.

A pesquisa tem o objetivo de complementar os estudos já consolidados sobre o campo editorial durante o último ciclo autoritário no Brasil, aprofundando o debate sobre o papel desempenhado pela editora Alfa Ômega durante o processo de liberalização tutelada no Brasil no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Sustentamos, neste sentido, que as ações empreendidas pela Alfa-Ômega, no campo editorial, contribuíram para instaurar divergências ante um projeto deliberado de



imposição do esquecimento pactuado entre as elites políticas, disputando sentidos sobre os significados da ditadura em longo prazo.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DARNTON, Robert. **O iluminismo como negócio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), Belo Horizonte, 2003.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil** (Sua história). São Paulo: EDUSP, 2012.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. Política e literatura: a ficção da realidade brasileira. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto; FREITAS FILHO, Armando. **Anos 70: Literatura** (vol. 2). Rio de Janeiro: Ed. Europa, s.d.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

MARCELINO, Douglas Attila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson Luís de Almeida & TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, São Paulo, Hucitec, 2009, vol. 1.

MAUÉS, Flamarion. Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970. In REIMÃO, Sandra (org.). **Livros e subversão: seis estudos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016, p. 35-65.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo, Publisher, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.



REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na Ditadura Militar**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.

REIMÃO, Sandra; MAUES, Flamarion; NERY, João Elias. “Alfa-Omega: o pensamento crítico em livro”. **Intercom**, Rev. Bras. Ciênc. Comun.[online]. 2015, vol.38, n.1, pp. 169-190. ISSN 1809-5844. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201518>.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 172-185.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. **Os escritores da guerrilha urbana. Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)**. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.